

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Costa
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 32ª Sessão (Extraordinária) realizada em 4 de maio de 1972.

(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiros, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Mansur, João Fadel, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva e Aginaldo Pereira Lima (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Arizone Araújo, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Igo Losso, Lázaro Dumont, Muggiati Filho e Pirtto Dias (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão Única — da Proposição n. 26-72, Veto Parcial ao Projeto de Lei n. 244-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 30-71, disposto sobre a criação do Fundo de Reequipamento de Trânsito FURESTAN, e dá outras providências. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para segunda-feira, dia 8, às 14,00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 27-72.
Levanta-se a sessão.

2ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 33ª Sessão Ordinária realizada em 4 de maio de 1972.

(Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Tomazoni, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiros, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Mansur, João Fadel, Jorge Sato, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva e Aginaldo Pereira Lima (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Arizone Araújo, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Igo Losso, Lázaro Dumont, Muggiati Filho e Pirtto Dias (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 284/71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Indiscutivelmente o povo paranaense assistiu, domingo, em Curitiba, no Aeroclube do Paraná, o maior "show" aéreo até hoje apresentado no Brasil, em promoção conjunta da Escola de Oficiais Especializados de Infantaria de Guarda de Curitiba e do programa "Entre Nuvens", da TV-Paranaense Canal 12, que na data comemora seu 10.º aniversário de apresentação.

Contando com a participação sensacional da "Esquadrilha da Fumaça", acrobacias aéreas, exhibições de numerosos aviões de fabricação nacional — mostrando aos presentes a capacidade e a tecnocracia de nosso povo — a festa aérea constituiu-se em sucesso absoluto.

Isto posto, o Deputado que este subscreve Requer, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de congratulações aos promotores do espetáculo, nas pessoas do Comandante da E.O.E.I.G. e do Ten. Átilo Borges, responsável e produtor do programa "ENTRE NUVENS".

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos homenageados, ao Exmo. Sr. Ministro da Aeronáutica e ao Dr. Francisco da Cunha Pereira Filho, diretor da TV-Paranaense Canal 12.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor General Mario Portes, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de que, quando da distribuição das novas viaturas a serem adquiridas por aquela Pasta, coloque à disposição da Delegacia de Polícia de Cianorte, uma delas.

A razão dessa solicitação prende-se às dificuldades encontradas por aquele setor policial para cumprir várias diligências, devido a precariedade de recursos materiais. Município com mais de 80 mil habitantes e com um surto de desenvolvimento dos maiores, em nosso Estado, Cianorte conta, para sua segurança, com apenas uma viatura em péssimo estado de conservação, obsoleta e que não atende mais à necessidade daquele órgão policial.

A colocação de uma nova viatura em Cianorte dará à região maior segurança e atendimento à população.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Hélio Manfrinato.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, apresenta sugestão à Mesa, após ouvido o Plenário, no sentido desta Casa organizar e realizar sem ônus para a mesma, uma visita à Usina de Salto Ozório, com o objetivo dos Senhores Deputados conhecerem de perto esta grande obra em nosso Estado, e que se encontra em construção.

A demanda crescente que se tem registrado em todo nosso Estado, está

sendo plenamente assegurada com tais obras básicas, cuja intensidade no setor de eletrificação está sendo comprovada pela construção desta gigantesca Usina de Salto Ozório.

Administrada pela COPEL, bem demonstra a sua dimensão e potencialidade, a qual representará condição fundamental para que se dê início a um invejável programa de desenvolvimento agro-industrial na região Sudoeste-Oeste paranaense.

Portanto, aqui fica registrado o empenho para que, em época oportuna, os Senhores Deputados possam tomar conhecimento da importância e do que significará a conclusão da referida obra.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Domicio Scaramella.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

Considerando

1) — as dificuldades encontradas pelo funcionalismo público do Estado no recebimento de seus salários através de um único estabelecimento bancário, o Banco do Estado do Paraná S/A, de acordo com Decreto Governamental de 1971;

2) — o caráter discriminatório da medida governamental favorecendo um único estabelecimento de crédito;

3) — o horário de atendimento do Banco do Estado do Paraná S/A, que prejudica o atendimento desses mesmos servidores; Requer, a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauricio Schulmann, Digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda, solicitando novos estudos e medidas, objetivando o depósito dos salários dos Servidores Estaduais por toda a rede bancária do Estado, isto é, através de Bancos oficiais e particulares.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Antônio Belnatti.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de aplauso ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Sr. Diretor da Polícia Civil, pelo início de execução do magnífico plano de reequipamento das Delegacias do interior, com verba do FUNRESPOL.

Todos conhecemos e sabemos das imensas dificuldades com que se defrontam as nossas Delegacias do interior do Estado, principalmente, com relação a equipamentos e viaturas. Os encarregados na nossa segurança muitas vezes são acusados injustamente de falta de atuação e até de desleixo no exercício da função, não se levando em conta os problemas que, diariamente, enfrentam para o cumprimento do seu dever. Agora, entretanto, o Governo do Estado, sem alarde e propaganda, está tentando, pelo menos em parte, minorar essas dificuldades através da execução de um excelente plano trienal de equipamento das Delegacias, fornecendo-lhes desde papel, máquinas de escrever, mobiliário, até modernas viaturas.

Assim é que, já neste ano, mais de 100 Delegacias do interior deverão receber dentro de 60 dias esse equipamento e os veículos que necessitam. Vários Municípios do Sudoeste, como Clevelândia, Pato Branco, Chopinzinho, Cel. Vidua, Dois Vizinhos, Palmas Francisco Beltrão, Santo Antônio, Capaneia, Foz do Iguaçu e Céu Azul, estão incluídos prioritariamente no citado plano o que nos leva, como representantes da região, a formular este requerimento, o qual, solicitamos, seja levado ao conhecimento das autoridades acima citadas.

(a) — Cândido Martins de Oliveira.

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário,

Considerando:

a) — os constantes processos de erosão na Rodovia BR-277 e, principalmente, o do último dia 9 de abril, no km. 39, que provocou graves prejuízos à economia do Estado;

b) — a quebra do equilíbrio ecológica provocado pela devastação das reservas naturais da Serra do Mar, fato que redundou no açoreamento das baías de Paranaguá e Antonina;

c) — o imperativo legal do Código Florestal, em seu art. 2.º, letras "d" e "e" que manda preservar a vegetação natural situada no topo de morros, montes, montanhas e serras;

d) — a denúncia do paisagista Burle Marx, feita em Curitiba, o ano passado, sobre a devastação nociva daquela floresta e os perigos da substituição da flora heterogênea (diversos portes) por outra homogênea (um só tipo vegetal) com o plantio do "pinus elliotti";

e) — o crescimento da cidade de Curitiba, rumo à Serra do Mar; Requebrem, a Vossa Excelência, seja encaminhado apelo ao Ministro Cirne Lima, da Agricultura, em Brasília, no sentido de que se crie o Parque Florestal do Marumbi, de acordo com o projeto já elaborado pela Delegacia do IMDF do Paraná.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(aa) — Maurício Fruet,
Hélio Manfrinato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvir o Plenário, se oficie aos Exmos. Srs. Presidente do Banco do Brasil e Ministro da Agricultura, solicitando urgentes providências no sentido de amparar a lavoura de hortelã, cuja providência poderia dar ao País grande fonte de divisas.

O óleo de hortelã muito procurado em todo mundo, hoje muito usado na Aviação e principalmente em Naves Espaciais, e que, graças às suas características especiais é muito resistente ao calor, é um produto praticamente insubstituível.

A cultura de hortelã é uma das mais difíceis e onerosas, pois requer terra especial (Terra roxa encaroçada) e terreno mais ou menos húmido. Geralmente o terreno húmido é massapé ou terra preta, imprópria portanto a essa cultura. Nas partes altas onde existe terra roxa não há humidade suficiente. Em resumo, no Brasil somente em alguns lugares existe condições favoráveis à cultura de hortelã. No Paraná temos grandes regiões onde se produziu no passado muita hortelã, notadamente nos Municípios de Barbosa Ferraz, Fênix, Quinta do Sol, Engenheiro Beltrão, Peabiru, Campina da Lagoa, Ubatã e alguns outros.

O Banco do Brasil não financia o cultivo da menta, o Governo jamais amparou essa cultura e hoje a produção cai assustadoramente. Conforme vários pronunciamentos que já fizemos desta Casa os produtos estão a mercê de três ou quatro firmas estrangeiras que adquirem o produto a preços infimos massacrando dessa forma o nosso lavrador.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Paulo Poli.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 45/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contar para efeito de aposentadoria o tempo de serviço que o Servidor Público Estadual prestou ao Magistério particular de qualquer grau de ensino, reconhecido, fiscalizado ou não, pela União, Estado ou Município.

§ Único — O tempo de serviço que trata este artigo será apurado em dias e comprovado por certidão assinada pelo Diretor do Estabelecimento de Ensino onde o Servidor Público exerceu o Magistério, não se computando o período anterior à data em que o interessado atingiu a idade mínima para o ingresso no Serviço público civil do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Alvaro Dias.

JUSTIFICATIVA:

O Magistério, desde tempos imemoriais, vem se constituindo em uma profissão mal compreendida. Se, por um lado, os elogios sobram para dignificar a profissão do mestre, por outro este próprio ensinador não consegue receber à altura vencimentos condizentes com o ensino que ministra.

Visa o nosso projeto em tela amenizar a já tão cruscante carreira do professor, que se de uma maneira estuda quanto tanto para se formar, como as demais carreiras superiores, de outro não consegue obter níveis de promoção iguais às demais do Magistério Público de nível superior.

A contagem para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço que o Servidor prestou ao Magistério particular, é uma forma de compensar e premiar alguém que, para o ensino, deu tudo e nada dele obteve. Ademais, a medida ora proposta, já está sendo adotada por São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Projeto de Lei n.º 46/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica proibida a saída de toda e qualquer espécie de madeiras em toras do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Nivaldo Krüger.

Projeto de Resolução n.º 5/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O art. 2.º e seus parágrafos, da Resolução n.º 19/69, de 15 de agosto de 1969, passam a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 2.º — O Deputado indicará à Mesa da Assembléia, através de relação discriminativa, as entidades sociais a serem subvencionadas, que estejam em pleno funcionamento e possuam personalidade jurídica, a qual autorizará o respectivo pagamento.

§ 1.º — Os pagamentos serão feitos, às entidades indicadas, mediante cheques nominais.

§ 2.º — O comprovante de caixa será a cópia do cheque nominal, para efeito de contabilização".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1972.

(a) — Xenofonte Villanueva.

JUSTIFICATIVA:

Dispõe a Resolução 19/69, no § 1.º, do art. 2.º, mantidos com o presente Projeto, que os pagamentos às entidades beneficiadas serão feitos mediante cheques nominais, o que equivale a recibo. Daí nos parecer desnecessária a exigência de novo documento comprobatório do respectivo pagamento.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos aqui à Tribuna, apenas para consignar nosso protesto pela forma com que infelizmente alguns assuntos da mais alta prioridade do nosso Estado e no caso, da Nação brasileira, apesar dos reclamos e das reivindicações dos representantes do povo nesta Casa, são postergados por parte das autoridades competentes, que inclusive, em função destes fatos, mais tarde, lamentáveis incidentes e acontecimentos se registram.

Referimo-nos a uma solicitação desta Casa, senão me falha a memória, assinada pelo eminente Deputado David Federmann e também contando com o apoio do nobre Deputado Nivaldo Krüger, requerendo que no trecho compreendido na estrada federal que liga Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, fosse retificado alguns pontos que não davam condições para o tráfego de dois veículos simultaneamente. E ainda lamentável acidente ocorreu há vinte quilômetros além de Guarapuava quando dois caminhões se chocaram sobre a ponte de um daqueles rios, ocasionando a morte dos dois motoristas e paralisando também o tráfego daquela rodovia por mais de seis horas, com sérios prejuízos, sim é claro, que foi a perda inestimável de duas vidas, e um terceiro que se encontra internado no Hospital de Guarapuava.

Fica aqui o nosso protesto, e lembrando o fato mais uma vez nesta Casa, pedirmos aos companheiros da Assembléia, adotar posição definitiva a este respeito, para que soluções prioritárias da Casa, tivesse imediato atendimento por parte das autoridades competentes. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos mais, para o Pequeno Expediente. Está livre a palavra ao Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Ouvindo com atenção o pronunciamento do nobre Deputado Mauricio Fruet, eu ainda digo que os que se servem da Rodovia para Foz do Iguaçu, ainda são felizes porque só têm pontes a alargar a estrada a retificar; mas os que se dirigem ao Balneário de Guaratuba, estes sim, vivem verdadeiro drama, porque o Governo até agora — e quero abrir um parêntesis à Casa, já se manifestou sobre o mesmo assunto. Mas o governo até agora não atentou para um fato muito importante: é que o afluxo de turistas e veranistas que procuram o

vizinho Estado de Santa Catarina, é verdadeiramente alarmante, porque os balneários paraenses não oferecem condições, nem aos paraenses, quanto mais aqueles que nos visitam ou visitam as praias do Sul, turistas que vêm da República do Paraguai, Argentina, ou Uruguai, jamais se dirigem a uma praia do Paraná; porque umas não têm condições e a que melhores condições oferece é Guaratuba, não tem estradas, porque o Governo não está dando a devida atenção a um problema tão sério como este, que é o da fixação do turista em nosso Estado. Sabemos dos benefícios que traz na parte econômica para o Estado a vinda de turista em época própria, no decorrer do ano. Entretanto, a nossa praia de Guaratuba está completamente abandonada. Porque o Governo não se dignou ainda a dar a necessária ordem de serviço para que se inicie imediatamente o asfaltamento da Estrada que liga o Bem-Bem, à praia de Guaratuba. Sabemos que os projetos já estão prontos; já houve concorrência; já existe firma vencedora; já foi aprovado pelo Conselho Rodoviário; pelo Conselho Técnico do DR; até o contrato já teve o seu registro homologado pelo Tribunal de Contas e o Governo ainda não deu ordem de serviço para que se inicie o asfaltamento. Vamos fazer um estudo dos prejuízos que o Estado do Paraná vem tendo com o êxodo de veranistas, não só oriundos do próprio Estado, mas de outras regiões, que ao invés de ir a Guaratuba, dirigem-se principalmente à praia de Camboriu, que oferece estradas asfaltadas e melhores condições turísticas. Portanto, vamos fazer um estudo para provar a esta Casa e ao Governo do Estado, os prejuízos que está tendo a própria arrecadação estadual, com esta situação anômala. A estrada seria auto-financiada, temos absoluta certeza, que ela pagar-se-ia a si própria em apenas 5 anos, caso o Governo determine a sua construção. Vamos fazer um estudo técnico e traremos a esta Casa, enviando ao Governo subsídios para que ele veja o prejuízo que está tendo o Estado do Paraná pela demora das providências do asfaltamento da Estrada Garuva-Guaratuba.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O motivo de virmos à Tribuna, nesta tarde, é para trazer ao conhecimento desta Casa; ao conhecimento do povo do Paraná e especialmente aos integrantes da Arena, neste Estado, de uma proposta que pretendemos encaminhar, à Comissão Executiva de nosso Partido, na sua próxima reunião de segunda-feira.

Se fazemos uso da palavra, neste instante, é para dar uma satisfação aos nossos companheiros de Bancada e aos arenistas deste Estado com relação a nossa posição política e ao nosso plano de atuação como Vice-Presidente da Comissão Executiva da ARENA.

Não concebemos, e não admitimos, que o exercício de uma função política por excelência, em um órgão da administração partidária, se restrinja a receber orientação, a analisar problemas menores, sem que se sente, pelo menos, dar uma contribuição pessoal para o aprimoramento do próprio Partido e da vida democrática deste Estado e deste País.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passarei a ler a proposta que vou encaminhar, na próxima segunda-feira, à Comissão Executiva da ARENA, sugerindo uma série de medidas que visam preencher o verdadeiro vácuo político que existe neste Estado e neste País.

A muitos pode parecer pretensão que um simples Deputado estadual, e dos mais humildes desta Casa, venha a desejar sugerir normas de conduta a um Partido tão majoritário, e por ser majoritário, quem sabe, às vezes se perde nos meandros da vida partidária.

A proposta é a seguinte: (Lê)

“Senhor Presidente e Senhores Membros da Comissão Executiva do Diretório Regional da ARENA paraense.

O nosso Partido por ser majoritário neste Estado, como o é na maioria das unidades federativas do Brasil, e por ser o organismo político que neste setor dá apoio e sustentação ao Governo, tem para com o Povo e para com a Pátria, obrigações e deveres que transcendem a meros episódios eleitorais. Não fazendo referências às suas origens e causas determinantes de sua existência, mas enfocando os reais motivos que o levam a atuar no cenário político e no quadro institucional brasileiro. Verificamos que uma de suas razões primeiras e obrigações fundamentais, é servir de ligação, de ponte, entre as aspirações populares e o Movimento Revolucionário de Março de 1964 e o Governo que daí surgiu. E, sobretudo, ser o veículo de divulgação e de propaganda de idéias e dos ideais da Revolução Brasileira, junto às camadas populares deste País. E, através dessa atuação, manter sempre acesa a chama Democrática e a confiança popular no regime e no sistema de Governo que tem levado o Brasil à conquista de um lugar de verdadeiro destaque entre as Nações civilizadas.

Se é verdade que o papel dos políticos e dos Partidos diminuiu, sensivelmente, diante do quadro institucional vigente, não podemos, também, desconhecer que grande parcela de responsabilidade cabe aos próprios políticos que não souberam no transcorrer destes oito anos de Revolução, organizar-se a ponto de conquistar, definitivamente, a confiança do Povo e a consequente admiração e respeito dos responsáveis pela condução dos negócios brasileiros. Desde o início do movimento revolucionário, um dos principais temas de seus líderes foi a implantação do sistema Democrático em moldes modernos, de forma a que o País encontrasse o seu verdadeiro destino em paz, harmonia e Justiça Social. A própria Revolução foi feita para restaurar a Democracia então combatida e periclitante. Castelo Branco, o primeiro Presidente, em várias ocasiões reiterou essa disposição. Costa e Silva da mesma maneira procedeu. Emílio Médici, atual Presidente e líder maior da Revolução e da ARENA, disse a todo o povo, ao aceitar a missão de dirigir os destinos da Pátria, de sejar restaurar a Democracia, ao final do seu mandato.

É certo, entretanto, conforme as lideranças têm reafirmado inúmeras vezes, que o alcance da plenitude democrática não depende apenas da vontade de um homem ou de um grupo de homens, por mais fortes que sejam e por mais sincero que seja o seu desejo. As soluções não são tão fáceis quanto parecem e desejamos os mais afoitos e menos avisados. Uma revolução da profundidade da de Março de 1964, que alterou, sensivelmente as instituições e fixou normas sociais e econômicas, que se deseja sejam rígidas, mas atentas às alterações sociais, não pode correr o risco de por a perder tudo quanto já fez, em uma aventura de resultados imprevisíveis. Daí o cuidado, em nosso entendimento, que têm os líderes no que se refere ao campo político e às regras do jogo democrático. Por isso, é preciso que os homens políticos e, principalmente, as novas lideranças estejam conscientes da importância do papel que lhes está reservado na atual conjuntura brasileira. Esse papel precisa e deve ser exercido, sem temor, mas dentro dos limites vigentes no campo político.

A conscientização desse papel, cabe, inevitavelmente, ao instrumento político de que dispõe a Revolução, o seu Partido, a ARENA. É necessário, pois,

que a ARENA responda, voluntariamente, a esse chamamento e se organize para fazê-lo.

Entendemos que é obrigação precípua de cada pessoa que detém parcela de responsabilidade política dar a sua colaboração nesse sentido. Principalmente dos que, como nós, encontramos, hoje, com atuação nos órgãos de Direção Partidária. Não podemos nos conformar e aceitar um papel de meros expectadores da vida política brasileira e paraense. Não devemos, porque seria irresponsável e até humilhante, nos restringir a votar e decidir sobre este ou aquele recurso de um Diretório Municipal e a enviar correspondência orientando sobre o procedimento dos companheiros em épocas eleitorais. O Partido precisa seu atuante, preencher e ocupar o seu lugar ao órgão que objetiva difundir idéias e conquistar adeptos, lutando por princípios e batalhando por uma causa.

Por esse motivo e entendendo que a atual Comissão Executiva da ARENA paraense está imbuída do desejo de dinamizar e dar vida nova ao Partido, é que tomamos a liberdade de apresentar este trabalho despretencioso à consideração dos companheiros.

Partindo da assertiva de que por ser amplamente majoritário e deter em seus quadros valiosos companheiros oriundos das mais diferentes correntes e tendências políticas, é necessário, antes de tudo, uma conscientização de suas lideranças sobre o seu verdadeiro programa e de suas finalidades sociais como organismo formado e orientador da opinião pública, propomos:

1 — Organização de uma semana de estudos e debates no Diretório Regional da ARENA, com a participação dos dirigentes, Senadores, Deputados Federais, Estaduais, líderes políticos e simpatizantes. Para a exposição de temas de interesse da coletividade e, principalmente, que digam respeito ao programa da ARENA, seriam convidadas figuras de relevo em cada setor paraense, além de autoridades estaduais e federais; sobretudo, aquelas que, ocupando postos na administração, têm um programa de trabalho a desenvolver e idéias a difundir. Esta seria uma forma de participação efetiva dos políticos arenistas na formulação de programas do Governo e debates de temas e assuntos de importância para o Paraná, ao mesmo tempo em que instrumentaria os dirigentes e representantes partidários para a defesa de posições governamentais em face das críticas e questões levantadas pela oposição.

2 — Após essa semana de estudos, debates e depuração de idéias, propomos a efetivação de encontros regionais dos quais participariam ativamente os líderes locais, Prefeitos, Vereadores e as pessoas interessadas em atuar nos quadros partidários. Tais encontros serviriam não só para a difusão do programa e das idéias partidárias, mas também para expor às populações locais os benefícios e as obras realizadas pelos Governos Revolucionários no setor federal, estadual e municipal, além, evidentemente, de significar estímulo a companheiros políticos que muitas vezes se sentem abandonados e desiludidos em face da falta de contato com as lideranças políticas.

3 — Organização de um sistema de entrosamento íntimo entre o Partido e a Secretaria do Interior e Justiça a fim de que a ARENA participe, efetivamente, do encaminhamento e solução de problemas políticos e não se restrinja a receber passivamente as determinações de critérios que, muitas vezes, apesar de técnicos e justos à primeira vista, são prejudiciais ao engrandecimento partidário e comprometedores das normas governamentais. Tal medida, inclusive, deslocaria a responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, para o organismo que realmente deve atuar junto às bases políticas do Estado, que é o Partido.

4 — Criação de uma assessoria político jurídico aos parlamentares federais, estaduais e municipais, que os manteria informados das legislações político eleitorais e lhes forneceria subsídios para a atuação em suas áreas de maneira uniforme e sem discrepância quanto a temas de real importância para os interesses da ARENA e do Governo.

O Sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não somente como membro da ARENA, mas particularmente como Secretário da Executiva Regional ouço com grande satisfação e estímulo o pronunciamento de V. Exa.

Com satisfação porque observo a preocupação de serem apresentadas sugestões de real interesse para nosso Partido e, também, de estímulo porque essas sugestões entendo, perfeitamente, aplicáveis e vêm de encontro às intenções da Executiva Regional de dinamização do Partido a que pertencemos.

Sabe V. Exa. que estão em execução medidas essenciais e imprescindíveis e que se fazem, atualmente, necessárias, para o bom funcionamento do órgão, como por exemplo, em primeiro lugar a adequação de uma sede; em segundo lugar, a reestruturação total da sua receita, para que o Partido possa realmente ter atuação, e sabe também V. Exa. que entende a Executiva, que os Diretores, o próprio Vice-Presidente da Executiva, Senador Accioly Filho, não podem ser olhados como labores periódicos, mas, acima de tudo, como culturas permanentes, porque o Partido deve ser acima de tudo, fonte de instrução, fonte de conscientização, fonte de informação e difusão de programas.

E assim que, ao agradecer o aparte que me foi concedido por V. Exa., eu o cumprimento pela oportunidade deste pronunciamento, na certeza de que a Executiva Regional não se acatará as sugestões de V. Exa., mas, as colocará em execução.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o brilhante aparte de V. Exa. e creio que as medidas aqui propostas poderão, uma vez aceitas pela Comissão Executiva, ser executadas de imediato porque tomei o cuidado de não sugerir nada que importasse em maiores despesas monetárias e financeiras para o nosso Partido; creio que inúmeros cidadãos deste Estado e deste País estão sedentos de uma oportunidade para expor as suas idéias, para debater os seus princípios e defender as suas causas, e nós poderemos transformar o nosso Partido — Aliança Renovadora Nacional — num verdadeiro fórum de debates, de questões de real importância para este Estado e esta Nação.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Malgrado pretenda também hoje ocupar esta Tribuna para dar tratamento ao mesmo tema que V. Exa. tão brilhantemente discorre, é oportuno que desde já eu manifeste meu regozijo pelo pronunciamento de V. Exa. acaba de fazer, eis que já era tempo que alguém da Aliança Renovadora Nacional propusesse alguma medida no sentido de dinamizar o Partido, e, fico extremamente feliz que tenha sido exatamente V. Exa. — que é sem favor nenhum um dos mais brilhantes representantes deste Partido nesta Casa — quem tenha proposto, e, me vem à lembrança, Sr. Deputado, frase posta na boca de um personagem de Berthold Brecht, que dizia: “não basta dizer a verdade, é preciso saber em mãos de quem ela se torna eficaz”. Tenho certeza Deputado Cândido Martins de Oliveira, que em vossas mãos, eu tenho certeza, toda esta gama de proposições será eficaz, e mais do que isto, será altamente frutificante e nos estimula a todos para que participemos desta batalha para restaurar a representatividade e a autenticidade da ARENA.

V. Exa. está de parabéns e eu me congratulo, desta forma, com este magnífico pronunciamento, oportuno e necessário.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço as palavras bon-

dosas de V. Exa., e, servem-me elas de verdadeiro estímulo, uma vez que a sua demonstração de atuação nesta Casa tem deixado evidente que mais um valoroso companheiro adere à causa de todos nós, que é a de revitalização deste Poder, e de valorização da classe política no cenário político paraense brasileiro.

Continuando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as medidas aqui preconizadas, uma vez aceitas e efetivadas, em nossa maneira de entender seriam o passo inicial de um longo programa de atividades partidárias, que visaria movimentar as bases e reconstruir a ARENA, em um órgão de efetiva atuação na vida política do Estado. Não acreditamos que se possa alegar a necessidade de aguardar, de decisões superiores, para a execução das sugestões acima propostas, visto como todas as manifestações das lideranças partidárias em nível nacional são no sentido de organização e atuação nos Estados, na medida, evidentemente, em que não resultassem em desrespeito ao lineamento básico do Partido como Organização Nacional.

Cremos outrossim, que é chegado o momento de os políticos começarem a agir não apenas com vistas a resultados eleitorais imediatos. A medida em que nos desencilhamos de interesses menores ainda que legítimos, passaremos a merecer maior consideração e apreço da opinião pública e preencheremos o vácuo político existente neste Estado e neste País.

Sem o debate de idéias e o entrelhecho de opiniões, todo o desenvolvimento econômico, financeiro e social poderá durar muitos anos, mas não será perene. Apenas as idéias forjadas no debate, discutidas e consentidas, tem duração prolongada.

Pátria nenhuma sobrevive e regime político nenhum atravessa os tempos sem o consenso do povo. A Revolução tem o consenso do Povo. Por ele e para ela foi feita. É apoiada e sustentada por ele, em razão dos grandes benefícios que lhe tem trazido em termos de tranquilidade social e desenvolvimento econômico. Resta agora, que essas realizações consubstanciem em filosofia política e em programa claro, objetivo e lúcido do Partido que lhe dá sustentação política. Esta é a tarefa para os políticos. Na hora em que essa missão for executada, teremos cumprida a parcela de responsabilidade que nos destinou a história da Revolução brasileira.

O momento, longe de ser de desestímulo e desesperança para os políticos, ao contrário, é de desafio e de obrigação, principalmente para as novas gerações que estão vivendo em um País tranquilo e em franco desenvolvimento, diversamente dos países vizinhos que se debatem em verdadeiro caos econômico e social.

Não cabe à ABI desligar-se do CDDPH, ao qual pertence por determinação legal, mas à Assembleia Geral resta o recurso de recomendar ao Presidente da ABI se abstenha de participar dos trabalhos do CDDPH, até que, a juízo do Conselho Administrativo, tenham sido restabelecidos os preceitos que consagraram a liberdade de imprensa, mediante a garantia de livre acesso às fontes de informação sobre reuniões e debates".

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria de saber se o texto é da lavra da própria ABI.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — O texto foi publicado pelo "O Estado de S. Paulo" de 20 de abril de 72, sob o título "A ABI não mais irá ao Conselho", sendo que a Moção aprovada se encontra entre aspas. Desta maneira se pressupõe que o texto foi publicado dentro, exatamente, daquela forma em que foi aprovada pela Associação Brasileira de Imprensa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria, apenas, de fazer duas breves considerações sobre o seu pronunciamento que, em linhas gerais, nenhum reparo se pode opor.

Em primeiro lugar, aproveitando a oportunidade, lamentar a ausência nas comemorações da abertura dos 150 anos da Independência, da figura espetacular de José Bonifácio de Andrada e Silva, político por excelência, cuja contribuição para a modelagem e formação da Nação brasileira é reconhecida por todos os grandes historiadores que pesquisaram nossas raízes.

Em segundo lugar desejo fazer, apenas, um reparo de ordem sociológica com relação ao texto da ABI ao qual, se bem guardei, diz, de início, que as grandes conquistas brasileiras foram realizadas pelo povo. Gostaria que assim fosse, entretanto o povo no Brasil é uma categoria sociológica muito recente. A rigor, pelo menos acredito, até 1930, o povo era uma entidade abstrata sem nenhuma vinculação e sem nenhum consenso capaz de se conduzir em torno de um programa ou de idéias.

Daí porque acredito que este País deve muito aos políticos. Foram eles que constituíram uma elite modernizante e que plasmaram este País; foram eles que, quase que fazendo um milagre sociológico realizaram o País, o Estado e uma Nação antes que tivéssemos o povo organizado em seu território. Era este o tópico de ordem histórico-sociológico que queria me referir. Pego então a oportunidade para dizer que o texto foi publicado dentro, exatamente, daquela forma em que foi aprovada pela Associação Brasileira de Imprensa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Em absoluto, nobre Deputado, o aparte de V. Exa. foi muito oportuno e foi uma honra para mim recebê-lo. Realmente, V. Exa. tem razão quando registra seu pesar pela omissão do nome do ilustre Patriarca José Bonifácio, quando se comemora o Sesquicentário da nossa Independência, sem diminuir a figura augusta e histórica de D. Pedro I, a qual dedico a maior das admirações, mas, já se disse que dificilmente haveria D. Pedro, sem José Bonifácio.

Quanto à segunda consideração de V. Exa., eu a registro e digo-lhe, que ela, por si só, merece ser aprofundada, porque é uma observação muito interessante no seu aspecto social.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao pedir a transcrição nos Anais, ou melhor, ao ler a Moção para que fosse transcrita nos Anais, o fiz porque mereceu críticas o meu Partido — Movimento Democrático Brasileiro — quando há alguns dias, há um mês atrás, retirou-se do mesmo Conselho. Retirou-se o MDB do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, por não concordar com as modificações nele introduzidas pelo Governo Federal, fazendo-se ali representar por um número elevado, tornando desta forma, as decisões que ali vão ser tomadas, meras decisões políticas no interesse do Governo.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, lamentavelmente não acompanhei desde o início o pronunciamento de V. Exa., pois fora solicitada a minha presença fora deste recinto, mas, pelo que pude deduzir do seu pronunciamento, parece-me oportuníssimo que os pontos enunciados por V. Exa. neste instante, levassem cada político a uma profunda reflexão; quando um partido político permite um Conselho de Direitos de Defesa da Pessoa Humana, é uma facção. Quem sabe, esta facção está atuando politicamente, fazendo política partidária, mas, quando uma associação de imprensa de um País, secundando o ato do Partido, se retira de um Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, me parece, ilustre Deputado, que deveríamos refletir seriamente sobre o que isso significa, porque sendo a imprensa um instrumento, um veículo de idéia, de opiniões e portanto capaz de promover uma defesa real, e se retira de um Conselho desta ordem, quer me parecer que não há gesto, por mais pomposo

que seja, por maior propaganda que se faça em torno dele, capaz de encobrir um acontecimento desta ordem.

Daí a importância do pronunciamento de V. Exa., da atitude de cada político, de cada homem, de cada cidadão, num momento como este, na vida da Nação.

Poço, nobre Deputado, minha solidariedade ao pronunciamento de V. Exa. e aqui fica meu ponto de vista com relação a este assunto.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa. a solidariedade e resalto que a Associação Brasileira de Imprensa se omite de participar do Conselho, porque os assuntos que serão lá tratados serão sigilosos e estarão vedados ao conhecimento do povo.

Vejam, Srs. Deputados, a que ponto vai se chegando nesta terra. Direitos da pessoa humana, liberdade, é assunto de sigilo, é matéria vedada ao conhecimento público, baseando-se não sei em que doutrina mas seja ela qual for, merece desde já a minha impugnação, merece desde já a minha manifestação de contrariedade. Não se concebe em pleno século XX, uma Nação que sempre primou pelo respeito às liberdades civis, por aqueles direitos inerentes à pessoa humana, venha a fazer destes mesmos direitos, matéria de sigilo, matéria vedada totalmente ao conhecimento do povo.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite mais um aparte? (Assentimento). Atoento estava eu ao aparte do ilustre Deputado Roberto Soares e impressionado com a sua observação, raciocinando em termos de atualidade, pois dizia ele que sociologicamente falando não existe povo em nosso País. Quer me parecer, do ponto de vista político que os momentos em que nós vivemos, são marcados pela inexistência de povo como formação de corrente de opinião e isto ocorre, quer me parecer, nobre Deputado, exatamente devido à sabedoria popular, sabe o povo na ineficiência das suas imperfeições, da sua atuação e portanto, se omite totalmente. No momento em que uma Associação de Imprensa se omite de participar do Conselho que discute Direitos da Pessoa Humana, e o povo não reage, não toma conhecimento me parece que nós estamos diante de acontecimentos, de um momento gravíssimo para a História do País, para a história da Nação e a oportunidade em que se comemora o primeiro ato que constituiu a vida da nacionalidade, como realização política, com a independência, me parece isto ser uma ilusão.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Nobre Deputado, segundo eu pude entender, das palavras de V. Exa. o povo tem de fato a razão de se desencantar de um processo, quando sabe que de sua participação não decorrem maiores consequências. Aliás, esta avaliação que o povo faz do atual processo político brasileiro, tem paralelo com a atitude da Associação Brasileira de Imprensa, deixando de participar do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Creio que, entende ela, que a reunião do Conselho, sem a liberdade ampla de discussão e publicação das discussões, não terá maiores consequências. Por esta razão, eu também tenho firmada a minha opinião de que o nosso Partido deveria até dissolver-se, porque nós também participamos do processo político sem que de nossa participação em termos nacionais, em termos de melhoria ou de contribuição democrática, resulte qualquer resultado prático.

Novo raciocínio em paralelo, é também que eu fundamento a minha posição já proclamada através da imprensa, nobre Deputado, de total solidariedade àqueles companheiros que advogam a auto-dissolução do MDB por impropriedade do meio. O partido político, não é mais meio de contribuição para a melhoria da vida democrática brasileira.

Temo até mesmo que ele esteja no momento servindo a interesses contrários à redemocratização do País.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Interessante, ilustre Deputado, quando os políticos dialogam e às vezes os políticos de um mesmo partido no seu diálogo se encontram em posições idênticas, semelhantes e afinadas, e no decorrer da emissão das suas concepções sobre as coisas, nós que estamos sempre lado a lado, coerentes com os princípios que esposamos, discordamos entretanto, de alguns pontos. Com todo o respeito que devo a V. Exa., com toda admiração que tenho por V. Exa., discordo da posição daqueles que são pela auto-dissolução do MDB, contudo, reconheço a validade da tese defendida por V. Exa. que é talvez a do caminho mais curto para se chegar a um fim desejado. Entretanto, sou daqueles que defende o ponto de vista da manutenção na estacada. Enquanto existir a mínima perspectiva de abertura, enquanto se sentir que há uma possibilidade, entendo que devemos continuar lutando, mesmo contra tudo, sem meios, massacrados pelo poderio da divulgação, por tudo enfim, mas creio que nós estamos desenvolvendo um trabalho de valor histórico nesta fase por que passa a Nação brasileira.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Registro com satisfação o aparte de V. Exa., cujo pensamento eu já conheço, uma vez que tenho mantido com V. Exa. diálogos repetidos acerca deste assunto. Entretanto, quero uma vez mais, consignar meu ponto de vista, que diverge fundamentalmente do de V. Exa. Pois eu entendo que a continuidade da forma em que está posta, implica num trabalho diametralmente oposto ao que se pretende obter com ela.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. consideraria uma impertinência que um Deputado da ARENA fizesse uma observação com relação à tese?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Em absoluto.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Apenas para registrar, nobre Deputado, um exemplo histórico de Galileu imortalizado na peça de Berthold Brecht com relação a sua tese no sistema heliocêntrico.

A peça tentou demonstrar com todo êxito, que às vezes há de haver um espírito conciliador a continuar participando do sistema, ainda que algumas regras sejam observadas.

Porque eu tenho a impressão que só dentro dele é que é possível aperfeiçoar a democracia que todos nós ardentemente desejamos. Inclusive, em todos os setores da própria Arena, são vários, senão a totalidade dos membros que compõem o Governo da Revolução.

Neste sentido, pedindo desculpas talvez por uma impertinência, eu acredito que participando do processo, mesmo que V. Exa. não reconheça a legitimidade e a validade dele, acredito que ainda seja o modo mais eficiente de contribuir para que cheguemos a um estado perfeitamente democrático, com todas as garantias individuais asseguradas num regime que permita a dinamização e a atualização de todas as virtualidades humanas. É o meu registro, Sr. Deputado. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Acolho com satisfação o aparte de V. Exa. considerava uma impertinência. Apenas quero dizer que na mesma página do jornal que anuncia o afastamento da ABI do Conselho, existe outra notícia dizendo: "Segurança vai ampliar área".

Acredito que na atualidade política, a permanência do MDB no processo, tem um único sentido, o de ensinar aos homens responsáveis pelo Governo desta Nação, até que ponto vai a resistência dos políticos de nossa terra e a sua capacidade de adaptação... Não sei, Excelência, pela forma com que sinto o problema, se vale a pena pagar o preço que nos pedem, que eu

entendo ser muito elevado, pela forma como eu compreendo o problema. Acho que é uma humilhação diária a que está sendo submetido o político.

Respeito os pontos de vista em contrário, mas sou obrigado a expressar a minha maneira de sentir que, com toda a honestidade, é esta, Excelência.

Mas encerrando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, feitas estas considerações e devidamente registrado nos Anais da Casa o pronunciamento da Associação Brasileira de Imprensa, deixo esta Tribuna satisfeito...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um derradeiro aparte? (Assentimento). É que ocorre, ilustre Deputado, de que eu entendo que todos nós da classe política estamos numa mesma nave; é apenas um registro que eu considero, de razoável importância. É lamentoso que um tema que interessa de perto a cada um de nós, não tenha sido discutido e avaliado como deveria, por esta Casa. De qualquer maneira a mim cabe fazer observação e me ocorre também nota publicada pelo mesmo jornal que V. Exa. computa neste momento, de estranhar que a grande preocupação na Arena hoje, é a possibilidade do MDB se auto-dissolver. Como vê, é o reconhecimento expresso de todos da classe política: nos encontramos num mesmo barco.

De maneira que, em razão disso, se for possível e legítimo a um Deputado da Aliança Renovadora Nacional observar, eu acredito que a auto-dissolução de seu partido, levaria inevitavelmente à auto dissolução do meu partido.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — V. Exa. já me pediu desculpas face a um aparte que V. Exa. entendia que eu poderia julgar impertinente e que eu não entendi assim.

Cabe a mim pedir desculpas agora a V. Exa. se aquilo que eu vou afirmar possa se constituir, no entendimento de V. Exa., em uma impertinência.

Acho que a dissolução do MDB e da Arena juntamente não alteraria em nada o quadro político do País, uma vez que a Arena e o MDB são coisas que existem apenas normalmente. Exa. Porque de sua participação ou de sua decisão, nada depende nesta terra; têm função meramente decorativas.

Veja V. Exa. para que se reune a Arena? Para eleger um Presidente de Diretório Regional? Sabe bem V. Exa. que esse Presidente já tem o seu nome escolhido pelo Presidente da República. Com uma antecedência de 2, 3 meses, sabia-se quem seria o Presidente da Aliança Renovadora Nacional. Os partidos políticos estão funcionando como meros cartórios de homologação de decisões governamentais.

Eles não existem para participar porque se assim o fosse, tenho certeza não mais existiriam.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Achei a figura usada pelo Deputado Luiz Roberto Soares, magnífica. Realmente, estamos num barco. S. Exa. tem toda a razão. Todos nos encontramos no barco da política e o barco vai mal, todos reconhecem. Acho que ele vai virar e muitos morrerão afogados. E virará exatamente porque somente alguns remarão, Srs. Deputados. Certamente este barco não chegará a porto algum e a qualquer procela ou assoprao dado por aí, no oceano político, naufragará. Aqueles que estão com o remo na mão tem uma probabilidade de salvação. Ai dos que não remarem, pois afogar-se-ão no torvelinho da tormenta que virá.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Meu forte não é a navegação, mas entendo que se somos um barco, somos um barco muito parecido àquele da figura literária, que foi condenado a navegar pela eternidade, sem chegar a porto algum. Parece-me, se somos um barco, que é este o destino que o Governo pretende tenha o barco da classe política, jamais chegar a porto algum. Barco incômodo, que ele deseja ver bem longe das costas do Poder.

Mas, feito o registro da moção, considero que ela reforça a decisão de meu Partido de não participar do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Na verdade, ele está muito bem representado e não precisa da Associação Brasileira de Imprensa, não precisa do MDB, do Partido da oposição. Fica com o Sr. Filinto Müller que, pelo seu passado de vanguarda, deiro de causas democráticas nesta terra, justifica por si só, com sua presença, a existência de um Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana...

(Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 211.71, de autoria do Dep. Emílio Carrazzi, que eleva o "QUANTUM", da pensão mensal assegurada às viúvas dos Deputados Estaduais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com Emenda de 3.a Discussão — em Regime de Urgência. — Aprovado o Projeto, rejeitada a Emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 87.71, que aprova Convênio celebrado em outubro de 1970 entre o Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, com finalidade de executar o Policiamento e Fiscalização do Trânsito de Planta "CITRUS" e afins, conforme recomendação do Executor do Projeto de Combate ao Câncer Cítrico. Parecer favorável da C.C.J. Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193.71, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo das Meninas Pobres, da cidade de Antonina. Parecer favorável da C.C.J. com Substitutivo. — Aprovado pelo Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 280.71, de autoria do Dep. Maurício Fruct e outros, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor Gottardo Bottarelli. Parecer favorável da C.C.J. — em regime de urgência. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 279.70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, cria o Curso Científico, na cidade de Paraisópolis do Norte. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 278.71, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 292.70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 292.70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1970.

(a) Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Semear escolas, foi a meta que nos propusemos, quando fomos eleitos representante do Noroeste à Assembléia Legislativa. Na presente justificativa, desejamos justificar essa nossa determinação e esse propósito. Ralmente, apresentamos uma região das mais novas no Estado, onde existe um grande progresso material pois a faixa dos vales do Paranapanema e Ivaí, apresentam extraordinária fertilidade. O povo operoso resolveu aproveitar essa divina do Criador e nos proporcionou o progresso, enquanto à Nação inteira os alimentos.

Ingressamos na fase do Paraná novo, na 2.a fase ou estágio. Este postulado de cada um dos homens públicos desta geração que antevê o futuro e proporcione ao lado da natureza os instrumentos para que possa continuar a oferecer os frutos à Pátria e possa ter oportunidades na consecução de sua realização e dos seus. Nesta perspectiva, a nosso ver, a escola tem o papel decisivo e determinante para as gerações da idade escolar. Pela criação da presente escola desejamos dar oportunidade aos jovens das barrancas do Paranapanema um instrumento para que possam prosseguir na senda do progresso.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 292.70

AUTOR: — Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: — Cria a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos;

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto possível da rede de ensino em todos os seus graus — razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto à competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública."

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O funcionamento que se baseia na contradição é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa a autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários, etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias da competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30 de 5 de dezembro de 1954 — Sistema Estadual de Ensino — data vênua aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura."

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, com função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter gtral, para fixá-lo no particular criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isso ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria da Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação, do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

Acyr José — Cândido Martins de Oliveira — Muggiati Filho —

Sebastião R. Júnior — Gilberto Carvalho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 292.70

Somos pela aprovação do presente projeto de lei que não se conflita com os princípios normativos de ordem financeira por ser meramente autorizativo. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em ... de agosto de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni — Fuad Nacli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei N.º 292.70

1) — A educação é um ônus do Estado porque é o responsável pelo desenvolvimento na Nação.

2) — Desta forma, somos favoráveis ao projeto acima epigrafiado, que se transformado em Lei, virá beneficiar toda a população da região de Ivaí.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 319-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica criado um Curso Ginasial no Bairro de Vila Fany, desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — com Emenda Substitutiva. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 319-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica criado um curso ginasial para funcionar, a partir do ano letivo de 1971, no bairro de Vila Fany, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970.

(a) Deputado Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

É imperativa a criação do curso ginasial ora proposta, por tratar-se a Vila Fany de um dos mais populosos bairros desta Capital, cujos moradores são levados a demandar a outros pontos da cidade para frequentarem o ginasio. Esta Casa de Leis, por seus nobres integrantes, certamente acolherá a presente iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 319.70

AUTOR: — Dep. Erondy Silvério

Súmula: — Cria um curso ginasial no bairro de Vila Fany desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sendo "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino.

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efeitos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no méro início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de Dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei n.º 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, conforme emenda substitutiva anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza — Acyr José — Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho — Muggiati Filho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

Onde se lê:

"a partir de 1971,

Leia-se:

"A PARTIR DO PRÓXIMO ANO LETIVO"

Sala das Comissões, em 8 de julho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Iwant Losso — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 319.70

AUTOR: — Dep. Erondy Silvério.

Súmula: — Cria um Curso Ginasial no bairro de Vila Fany desta Capital, para funcionar no ano letivo de 1971.

PARECER

A emenda é das mais oportunas, pois trata de criação de estabelecimento de ensino, matéria de absoluta prioridade.

Como se trata de mera autorização, a esta Comissão não se apresenta óbice de caráter financeiro.

Somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em ... agosto de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Paulo Poli — Relator

Maurício Fruet — Fuad Nacli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 319-70

AUTOR: — Dep. Erondy Silvério.

Súmula: — Cria um Curso Ginasial no bairro de Vila Fany, nesta Capital.

PARECER

1) — O Estado é responsável pela educação de seu povo e sua gente, e desta forma, é justo que sofra o ônus de criar e manter os estabelecimentos de ensino.

2) — Desta forma, somos pela aprovação do presente projeto de lei, que se transformado em lei, muito beneficiará os habitantes daquele bairro e dos circunvizinhos.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 34.71, de autoria dos Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes, fica criada uma Escola Normal de Grau Co.

legial, na sede do Município de Barra do Jacaré. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 34-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal de Gráu Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1971.

(aa) Deputados Paulo Poli e Wilson Fortes

JUSTIFICAÇÃO:

O presente projeto de lei trata de proporcionar à população escolar de Barra do Jacaré a continuidade natural, tendente à profissionalização, do sistema de ensino atualmente vigente. A escola normal de gráu colegial há de abrigar a juventude que concluiu o curso ginasial e, fiel a sua vocação, reclama o prosseguimento da respectiva formação cultural e profissional.

A região comporta, social e economicamente, o estabelecimento pelo que a medida ganha em conveniência e oportunidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei N.º 34-71

1) — Tratam os autos de Projetos de Lei autorizando o Poder Executivo a criar uma Escola Normal Colegial, na sede do Município de Barra do Jacaré.

2) — Na justificativa, os eminentes subscritores do Projeto de Lei em testilha destacam, com felicidade, a abertura de novos horizontes para ampliação de conhecimentos e possibilidades de profissionalização qualificada que a medida, concretizada, trará à juventude daquele Município, além de salientarem o suporte sócio econômico da região para instalação do pretendido estabelecimento de ensino. Deve-se ainda, assinalar, que a implantação de unidades educacionais no interior do Estado determina a fixação da população rural, impedindo o desvio de força de trabalho no setor da produção de gêneros alimentícios o que garante, por outro lado, a regularidade de seu fornecimento e a manutenção de custo de vida em nível razoável. Significativo portanto, o reflexo sócio-econômico cultural da iniciativa.

Além do mais, o Projeto de Lei em análise é apenas "autorizativo", não ferindo, portanto, nenhum permissivo constitucional.

3 — Isto posto e pelo mais que dos autos consta, entendemos ser o Projeto de Lei referido legal e constitucional, tendo condições para ser discutido, votado e aprovado pelo ilustre Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa.

É o Parecer, S.M.J..

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Gilberto Carvalho — Emílio Carazzai — Sebastião R. Júnior — Cândido Martins de Oliveira — vencido

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 34-71

Meramente autorizatório o presente projeto de Lei.

Na consequência não traz nenhuma implicação em matéria financeira, razão pela qual opinamos pela aprovação.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Fuad Nacli — Paulo Poli — Maurício Fruet

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 34-71

O objetivo do projeto é oportuno e legítimo.

O seu aspecto legal e constitucional já foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável do seu relator.

O nosso parecer, portanto, é pela Aprovação, do Projeto dos nobres deputados Paulo Poli e Wilson Fortes.

Sala das Comissões, em 1971

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

Alvaro Dias

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 35-71, de autoria do Dep. Domício Scaramela, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de "União da Vitória", um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da CC.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 35-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1971.

(a) Dep. Domício Scaramela

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei dotar o Município de União da Vitória de um curso que fixe o trabalhador rural e seus filhos, desestimulando-os, desta forma, a tomar o rumo das grandes concentrações urbanas.

Tratando-se, como na verdade se trata de Município eminentemente rural, nada mais justo seria a criação de tal curso, o qual virá beneficiar não só aquele Município, como de resto toda a região.

Nestas condições, submetemos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares esperando se lhe dê acatamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 35-71

Autor: — Dep. Domício Scaramela

Súmula: — Autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

PARECER

1) — O objetivo do presente projeto, subscrito pelo nobre Deputado Domício Scaramela, é autorizar o Poder Executivo a criar, no Município de União da Vitória, um Curso Técnico Agrícola, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2) — Nenhum óbice legal existe à aprovação da proposta de lei em referência, pelo que opinamos pela sua aprovação.

É o parecer, sub censure.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Igo Losso

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião R. Júnior

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 35-71

Meramente autorizativo, o presente projeto de Lei, não fere normas financeiras.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni

Fuad Nacli

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 35-71

1) — Para um desenvolvimento racional é necessário que sejam formados técnicos em todos os campos da atividade humana.

2) — Assim, nada mais justo que se crie um curso que venha formar técnicos para a produção eficaz agrícola, generos que são e serão sempre de primeiríssima necessidade.

3) — Desta forma, somos pela aprovação do projeto acima epigrafado, por atender uma necessidade premente do Município e do Estado.

S. M. J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando que o Expediente, solicitando do Sr. Expediente da sessão de sexta-feira próxima, seja dedicado às comemorações do "Dia Nacional das Comunicações". Requeiro, outrossim, a designação de oradores para a oportunidade. — **Aprovado.** Fica designado o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares para falar na ocasião.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Srs. Deputados, para tomarem parte nos festejos comemorativos ao vigésimo quinto aniversário da cidade de Maringá, no próximo dia 10 de maio. — **Aprovado.** A Presidência designa os Srs. Deputados Jorge Sato, Alvaro Dias, Wilson Brandão, Pinto Dias, Gilberto Carvalho e Hélio Manfrinato, para representarem a Casa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 285-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pedido de informação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 22.º aniversário da Guarda Urbana do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de três Srs. Deputados para, conjuntamente, dialogar com o Chefe do Poder Executivo, no sentido de ser concedido de imediato, um reajuste de 20% no salário do funcionalismo público estadual. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que promova de imediato o reajuste de vencimento dos servidores do Estado, em base superior a 20%. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de serem tomadas providências para debelar o surto de febre aftosa, que vem grassando no gado bovino na região de Guarapuava. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da Ordem do Dia da próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente de sessão anterior, já com a sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja normalizada a situação das zeladoras contratadas pelo Estado. — **Retirado pelo autor.**

Foi aprovado na sessão de ontem, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Arizone Araújo, Cândido Martins de Oliveira e Sebastião Rodrigues Júnior, solicitando autorização para representarem esta Casa de Leis no Município de Francisco Beltrão, nas Exposições a serem realizadas nos dias de 2 a 7 de maio próximo. — **Aprovado.** Ficam designados os Srs. autores do requerimento e mais o Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, sexta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 280-71;

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 279-70 e 278-71;

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 292-70, 319-70, 34-71 e 35-71;

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 212-70 e 281-70.

A Presidência designa ainda, a Ordem do Dia, para a sessão de sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei ns. 151-71, 152-71, 153-71, 222-71 e 181-71, e dos Projetos de Resolução ns. 11-70, 7-71, 9-71, 11-7 e 18-71. Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2.a REUNIAO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Cândido M.M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Gabriel Manoel apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 151-71 — autor senhor deputado Quiesel C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder revestimento asfáltico da estrada que liga a sede do Mun. de Almirante Tamandaré com a Rodovia dos Minérios. PROJETO DE LEI N. 152-71 — autor senhor deputado Quiesel C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder estudos e execução de novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Mun. de Campina Grande do Sul à BR-116. PROJETO DE LEI N. 222-71 — autor Poder Executivo — Mensagem n. 25-71 encaminhando ante-projeto de lei que dispõe sobre a contribuição do Estado, para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-70 — autor Comissão de Tomada de Contas — ex-proposição n. 79-70 — aprova as contas do Governador do Estado, referente ao exercício de 1.969. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 67-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em quinze de julho de 1970, entre o D.E.R. e Mun. de Sengés. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 9-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição n. 17-71 — que aprova o convênio celebrado em 30 de março de 1971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado e o Ministério da Agricultura. PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-71 — autor Comissão de Constituição e Justiça ex-proposição n. 41-70, que aprova o convênio celebrado em 4.11.69, entre o Governo do Estado do Paraná, através do D.E.R. e a Rede Ferroviária Federal — R.V.P.S.C. com as finalidades que especifica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA
LÉLIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI IN. 151-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo através da Secretaria de Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do município de Almirante Tamandaré à Rodovia dos Minérios.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/4/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 152-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria dos Transportes, a revestir de asfalto a estrada que liga a sede do Município de Campo Largo à Rodovia do Café — BR-376.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/4/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 153-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado através da Secretaria dos Transportes, a proceder estudos e execução do novo traçado e asfaltamento na rodovia que liga a sede do Município de Campina Grande do Sul à BR-116.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/4/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 222-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º O Estado do Paraná contribuirá para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 8, de 3 de dezembro de 1.970, com as seguintes parcelas, que serão mensalmente recolhidas ao Banco do Brasil S.A.

a) — 1% (um por cento) das receitas correntes próprias deduzidas as transferências feitas a outras entidades de Administração Pública, a partir de 1.º de julho de 1.971, 1,5% (um e meio por cento) em 1.972 e 2% (dois por cento) no ano de 1.973 e subsequentes;

b) — 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Governo e da União através do Fundo de Participações dos Estados, Distrito Federal e Municípios, a partir de 1.º de julho de 1.971.

Parágrafo único. Não recairá, em nenhuma hipótese, sobre transferências de que trata este artigo mais de uma contribuição.

Art. 2.º As autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Estado contribuirão para o programa com 0,4% (quatro décimos por cento) da receita orçamentária, inclusive transferência e receita operacional a partir de 1.º de julho de 1.971; 0,6% (seis décimos por cento) em 1.972 e 0,8% (oito décimos por cento) no ano de 1.973 e subsequentes.

Art. 3.º Beneficiar-se-ão das vantagens do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, na forma e condições previstas na Lei Complementar Federal n.º 8, apenas os servidores estaduais em atividade inclusive os de entidades da Administração indireta e fundações.

Art. 4.º Para a execução desta Lei no corrente exercício financeiro, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões,
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-70
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. Único — Ficam aprovadas as contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 1.969.

Sala das Comissões, em 27/4/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 7-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º É aprovado o convênio celebrado em 15 de julho de 1.970, entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná e o Município de Sengés, objetivando a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio Jaguaricatu.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/4/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 9-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º É aprovado o convênio celebrado em 30 de março de 1.971, entre a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução de um Projeto de Informação de Mercado Agrícola, compreendendo atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre o mercado atacadista de produtos agropecuários.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/4/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 11-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado nos termos do inciso VII, artigo 22, da Constituição Estadual o convênio firmado em 4 de novembro de 1.969 entre o Estado do Paraná através do Departamento de Estradas de Rodagem e a Rede Ferroviária Federal S.A. — Rede de Viação Paraná — Santa Catarina, para a construção pela Rede, de uma variante ferroviária, no trecho Ourinhos — Dr. Camargo, entre os km 57,900 e 58,800 que permitirá ao D.E.R. Pr., estabelecer passagem superior para o trecho rodoviário da BR-87 Cambará — Andará, com a construção do Viaduto Andará.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27/4/72.
aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente
GABRIEL MANOEL
BASILIO ZANUSSE
Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS
2.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às quinze e trinta horas reuniu-se a Comissão de Finanças, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma regimental o senhor deputado João Fadel e com as presenças dos senhores deputados abaixo assinado. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente da mesma. Procedido o sufrágio verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos senhores deputados Fuad Nacli e Antonio Bellinati, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para qual fora eleito, o senhor deputado Fuad Nacli agradece aos membros da Comissão, a confiança nele depositada. O senhor Presidente, após determinar que as reuniões serão realizadas as terças-feiras, após a sessão plenária convida a funcionária Teresinha Barbosa de Moura e Claro, para secretariar a referida Comissão. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerra os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que vai devidamente assinada pelo senhor Presidente, Membros e por mim Secretária Teresinha Barbosa de Moura e Claro.

FUAD NACLE — Presidente
aa) João Fadel — Odilon Reinhardt — Antonio Belinati — Vice-presidente.
TERESINHA B. DE MOURA E CLARO — Secretária